

CONFLITO DE INTERESSES NATURALIZADO E CONTRATOS SEM LICITAÇÃO

Numa das cláusulas do contrato firmado com a Comunitas com anuência da USP, a McKinsey deixa claro que é sua política, “há muito estabelecida, prestar serviços a clientes concorrentes e com interesses potencialmente conflitantes”



Patricia Ellen, diretora da McKinsey Brasil e responsável pelo projeto "USP do Futuro"

A decisão que um ex-professor do curso de Contabilidade da Universidade de Chicago tomaria após deixar o magistério prepararia a mudança de patamar das consultorias no mundo. O homem atendia pelo nome de James Oscar McKinsey e o ano que corria era 1926, época de fundação da McKinsey&Company. Estava criada aquela que é atualmente uma das três maiores consultorias estratégicas do planeta — as outras duas são a Bain & Company e a Boston Consulting.

James morreu aos 48 anos, em 1937. Foi sucedido por Marvin Bower, considerado, nos EUA, o pai do mercado de consultorias. Se até aquele momento o segmento se restringia a orientar empresas que não atingiam bons resultados, a “era Bower” traria conselhos de estratégia e gestão para ambientes empresariais saudáveis que buscavam crescimento.

Além disso, não se pode esquecer que apenas oito anos tinham se passado do *crash* de 1929. A crise formou o cenário oportuno. Bower se propôs a transformar a McKinsey numa empresa meritocrática e de alto desempenho financeiro, com um ambiente de trabalho intensamente competitivo. Nos anos 1940 e 1950, a consultoria já acumulava grandes lucros e passou a abrir escritórios em

outros países. Um dos impulsos para isso foi a 2ª Guerra Mundial, quando o governo dos EUA contratou consultores para a gestão das áreas militares.

O Brasil recebeu as primeiras iniciativas do ramo nos anos 1960. A McKinsey, porém, só se interessaria pelas nossas riquezas bem mais tarde e se fixaria por aqui em 1988, quando anteviu a série de privatizações que viriam na década seguinte. Passo dado, a empresa só fez crescer no País. Hoje, tem como cliente, entre muitos outros, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que a contratou em 2008, no governo Lula, com o objetivo de produzir um estudo que acabaria lastreando a privatização parcial do setor aeroportuário, em 2010.

Quem está no comando das ações do projeto “Internet das Coisas” é Patrícia Ellen da Silva, “Jovem Líder Global” no Fórum de Davos e porta-voz da Mckinsey no case de R\$ 5 milhões que tem a USP como “beneficiária/anuente”

Em setembro de 2016, já sob o comando de Michel Temer, o BNDES e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) selecionaram o consórcio constituído pela McKinsey & Company, Fundação CPqD e escritório Pereira Neto/ Macedo Advogados para desenhar o plano de ação nacional do projeto “Internet das Coisas”, a ser “apoiado com recursos não reembolsáveis do Fundo de Estruturação de Projetos do BNDES”.

Nesse ponto, um nome coincide com o plano “USP do Futuro”: quem está no comando das ações do projeto “Internet das Coisas” é Patrícia Ellen da Silva, a representante da McKinsey na proposta imposta à universidade. Sócia-diretora da McKinsey&Company do Brasil e professora no curso de mestrado em “Liderança e Gestão Pública” do Centro de Lideranças Públicas, ela foi nomeada, em 2016, uma das “Jovens Líderes Globais” do Fórum Econômico Mundial. Em Davos, na Suíça, foi destacada, numa lista de 121 jovens, como “uma executiva dinâmica apaixonada pelas causas públicas e sociais, que motiva o pensamento em educação, desenvolvimento econômico, inovação digital e transformação governamental”. Entre as “causas sociais” abraçadas por ela está a Previdência: Patrícia defende o fim dos “privilégios” dos servidores públicos e o aumento da idade mínima dos trabalhadores da iniciativa privada.

Dada essa teia de relações, a presença da McKinsey extrapola em muito o governo federal. E não sem polêmicas, como no caso da contratação, sem licitação, em 2013, por R\$ 6 milhões, pela Prefeitura de Salvador. A gestão de ACM Neto (DEM) justificou a opção com o discurso de que a empresa é “reconhecida mundialmente na área de consultoria” e que o acordo foi assinado para a implementação do planejamento estratégico municipal, visando à construção da ponte Salvador-Itaparica.

Pode-se dizer que a atuação da consultoria não vê cor partidária. Quando Fernando Haddad (PT) assumiu a Prefeitura de São Paulo, em 2013, nomeou Marcos Cruz, ex-sócio global da McKinsey, para exercer o cargo de secretário de Finanças, por indicação de ninguém menos do que Jorge Gerdau, o magnata do aço (que, como vimos, coincidentemente tem assento na Comunitas).

Claro que no governo do empresário João Doria (PSDB) a poderosa consultoria se mantém em ação. O vereador Eduardo Suplicy (PT) protocolou, em abril,

uma representação no MPE-SP pedindo investigação das relações do atual prefeito com a McKinsey e a Comunitas, que teriam doado serviços para a elaboração da primeira versão do Programa de Metas (2017-2020). Suplicy denunciou que houve repasse de informações privilegiadas e de interesse público às organizações, e que a doação de serviços foi registrada antes do chamamento público que estabeleceu a relação.

Foi também sem licitação e em flagrante conflito de interesses que a McKinsey prestou seu, digamos, maior serviço público ao país. Em junho de 1996, o Ministério das Comunicações celebrou um Termo de Cooperação com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), pelo qual pretendia obter “apoio técnico e metodológico com vistas à modernização do setor de telecomunicações”. O contrato inicial, de US\$ 5,1 milhões, foi depois ampliado para US\$ 16,6 milhões. Como é regra, a McKinsey foi contratada pela UIT, ou seja: era uma terceira na história. Uma terceira que tinha como clientes poderosos grupos da área de comunicação.

Nenhuma novidade. Como reza o contrato de prestação de serviços firmado por ela com a Comunitas em 11 de agosto de 2016, cuja “beneficiária/anuente” é a USP, “é política da McKinsey, há muito estabelecida, prestar serviços a clientes concorrentes e com interesses potencialmente conflitantes, assim como às partes contrárias em uma fusão, aquisição e com oportunidades de alianças” (cláusula 6, “Prestação de Serviços a Concorrentes”). Um conflito de interesses assumido, portanto, com todas as letras. No Brasil, a consultoria prestada pela empresa ajudou a alicerçar a nova Lei Geral de Telecomunicações e a privatização do sistema de telefonia promovida pelo governo FHC.

Na Argentina, a McKinsey opera para desfazer a *Ley de Medios* criada pelo governo de Cristina Kirchner, conforme revelou o jornal *Página12*. De novo, a empresa trabalhou durante meses antes de o contrato ser assinado. O negócio de 12,5 milhões de pesos por uma assessoria de 16 semanas não é o único mantido com o governo de Mauricio Macri.

De acordo com os números apresentados em descrições de eventos de que a McKinsey participa, o currículo da consultoria indica presença em 60 países e “orgulho de servir atualmente cerca de 2/3 das 1.000 maiores empresas do mundo”. Como se vê, os braços da empresa são longos, a ponto de transpor barreiras continentais e envolver os mais variados níveis do poder público. E é bom lembrar: isto é só um resumo.